

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Em 2015, foram mínimos os progressos de São Tomé e Príncipe no sentido de eliminar as piores formas de trabalho infantil. O governo avaliou o impacto de um programa social na eliminação e prevenção do trabalho infantil. Contudo, há crianças envolvidas no trabalho infantil em São Tomé e Príncipe, incluindo no serviço doméstico e trabalho de rua. Os tipos de trabalho perigoso interdito a crianças não são abrangentes e os programas sociais não visaram todos os sectores nos quais trabalham crianças. Os órgãos de aplicação da lei carecem dos recursos suficientes para executar de forma eficaz as leis relacionadas com o trabalho infantil.

Com base no relatório, sugerem-se acções que avançariam a eliminação do trabalho infantil, incluindo as suas piores formas, em São Tomé e Príncipe.

Área	Acção sugerida	Ano(s) sugerido(s)
Quadro jurídico	Ratificar o Protocolo Facultativo à Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança relativo à Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil.	2014 – 2015
	Garantir que todas as crianças sejam protegidas no âmbito da lei, incluindo crianças que trabalham por conta própria.	2015
	Garantir que os tipos de trabalho perigoso interdito a crianças sejam abrangentes.	2009 – 2015
	Estabelecer uma idade de ensino obrigatório que seja igual ou superior à idade mínima para emprego.	2014 – 2015
Fiscalização	Disponibilizar ao público informações sobre o financiamento da Inspeção-Geral do Trabalho, acções de formação para agentes policiais, tipo de inspecções laborais levadas a cabo, assim como o número de infracções de trabalho infantil identificadas no curso das inspecções e investigações.	2014 – 2015
	Autorizar a Inspeção-Geral a aplicar penalidades.	2015
	Afectar recursos suficientes para o Departamento de Inspeção Laboral e o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos para assegurar que: <ul style="list-style-type: none">• O número de inspectores do trabalho seja apropriado.• Os inspectores e investigadores recebam uma capacitação adequada.• Os inspectores do trabalho tenham os equipamentos e recursos necessários para realizar inspecções.• Sejam realizadas inspecções e investigações pró-activas de trabalho infantil, mesmo na ausência de denúncias.	2009 – 2015
Políticas do governo	Integrar as estratégias de eliminação e prevenção do Trabalho Infantil no Plano Nacional para a Educação.	2014 – 2015
Programas sociais	Divulgar publicamente os resultados do Inquérito sobre Trabalho Infantil e, se necessário, realizar investigação para determinar as actividades efectuadas por crianças a trabalhar na agricultura visando informar políticas e programas.	2015
	Ampliar os actuais programas educacionais e aumentar o número de escolas que ofereçam o quinto e sexto ano para assegurar o acesso de todas as crianças ao ensino básico.	2010 – 2015
	Implementar programas para lidar especificamente com crianças no serviço doméstico e no trabalho de rua.	2009 – 2015